BANCO GMAC S.A.

CNPJ 59.274.605/0001-13
Avenida Indianópolis, 3.096 - São Paulo - SP
Ouvidoria 08007226022

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e das Demonstrações dos Fluxos de Caixa relativos aos semestres findos em 30 de junho de 2012 e de 2011.

Avaliação do Resultado
No semestre findo em 30 de junho de 2012, as operações de crédito e arrendamento mercantil atingiram o montante de R$ 5.491 milhões (2011 - R$ 2.797 milhões). O índice de inadimplência acima de 30 dias, calculado com base na quantidade de contratos, ficou em 2,61% (2011 - 2,63%). O lucro do semestre atingiu R$ 23 milhões (2011 - R$103 milhões), totalizando R$ 1.353 milhões de Patrimônio Líquido (2011 - R$ 1.254 milhões) e R$ 8.247 milhões de Ativos (2011 - R$ 5.563 milhões). O índice de basiléia em 30 de junho de 2012 é de 13,08% (2011 - 13,65%).

Gerenciamento de Riscos Corporativos
Em conformidade com nossas políticas internas, conjuntamente com as diretrizes estabelecidas pela nossa matriz em Detroit, o Banco GMAC S.A. possui estrutura de gestão de riscos voltada para as melhores práticas internacionais e atendimento das exigências dos agentes reguladores locais. Neste sentido, o banco conta com políticas de gerenciamento de riscos e procedimentos de controle e monitoramento contínuo, e de forma independente das áreas de negócio, permitindo o estabelecimento de uma cultura sólida de administração de riscos no que se refere a:

- **Riscos de Crédito**, busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito;
- **Riscos de Mercado,** em decorrência de movimentos adversos nos preços dos fatores de risco subjacentes às posições detidas pelo banco;
- **Riscos Operacionais**, em função da avaliação de novos produtos e operações, monitoramento contínuo de processos, definição de indicadores de riscos e mensuração quantitativa de perdas operacionais; e
- **Riscos de Liquidez**, visa o acompanhamento e controle diário dos recursos disponíveis, seu descasamento de fluxos de ativos e passivos, e a capacidade da instituição de honrar suas obrigações.

A estrutura de gerenciamento dos riscos encontra-se disponível em nosso portal www.bancogmac.com.br, e é distribuído ao público de relacionamento do banco.

Ouvidoria
Trata-se de um canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, que tem por objetivo a busca contínua do aperfeiçoamento e melhoria dos produtos, serviços e atendimento oferecidos, em conformidade com a resolução nº 3.477 do Banco Central do Brasil.

São Paulo, 31 de agosto de 2012.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Levantados em 30 de Junho de 2012 e de 2011
(Em milhares de reais)

ATIVO	2012	2011 Reclassificado
CIRCULANTE	**3.143.496**	**2.708.230**
Disponibilidades	5.741	804
Aplicações interfinanceiras de liquidez	321.698	298.395
Aplicações no mercado aberto	321.698	298.395
Operações de crédito	2.565.877	1.468.041
Operações de crédito - setor privado	2.491.598	1.494.921
Operações de crédito vinculadas a cessão	134.145	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(59.866)	(26.880)
Operações de arrendamento mercantil	(7.446)	(6.638)
Operações de arrendamento a receber - setor privado	67.218	93.734
(-) Rendas a apropriar de arrendamentos a receber	(67.115)	(91.578)
(-) Provisão para operações de arrendamento de liquidação duvidosa	(7.549)	(8.794)
Outros créditos	191.479	943.826
Diversos	191.479	943.826
Outros valores e bens	66.147	3.802
Bens não de uso próprio	4.247	1.120
(-) Provisões para desvalorizações de outros valores e bens	(103)	(107)
Despesas antecipadas	62.003	2.789
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**4.041.963**	**1.702.024**
Títulos e valores mobiliários	16.787	38.764
Carteira própria	16.787	38.764
Operações de crédito	2.546.638	882.834
Operações de crédito - Setor privado	1.678.738	893.259
Operações de crédito vinculadas a cessão	905.908	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(38.008)	(10.425)
Operações de arrendamento mercantil	(2.211)	1.283
Operações de arrendamento a receber - Setor privado	43.542	89.272
(-) Rendas a apropriar de arrendamentos a receber	(43.458)	(87.509)
(-) Provisão para operações de arrendamento de liquidação duvidosa	(2.295)	(480)
Outros créditos	1.376.937	720.277
Diversos	1.376.937	720.277
Outros valores e bens	103.812	58.866
Despesas antecipadas	103.812	58.866
PERMANENTE	**1.061.433**	**1.152.856**
Investimentos	220.617	235.833
Participações em controladas no País	220.617	235.828
Outros investimentos	-	5
Imobilizado de uso	5.527	5.373
Outras imobilizações de uso	9.895	11.218
(-) Depreciações acumuladas	(4.368)	(5.845)
Imobilizado de arrendamento	835.194	909.893
Bens arrendados	783.740	834.518
(-) Depreciações acumuladas	51.454	75.375
Diferido	-	-
Gastos de organização e expansão	-	2.766
(-) Amortizações acumuladas	-	(2.766)
Intangível	95	1.757
Ativos intangíveis	13.619	50.367
(-) Amortizações acumuladas	(13.524)	(48.610)
TOTAL DO ATIVO	**8.246.892**	**5.563.110**

PASSIVO	2012	2011 Reclassificado
CIRCULANTE	**3.002.562**	**2.567.490**
Depósitos	1.883.451	1.603.023
Depósitos interfinanceiros	1.650.576	1.181.469
Depósitos a prazo	232.875	421.554
Outras obrigações	1.119.111	964.467
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	5.764	4.824
Sociais e estatutárias	-	45.519
Fiscais e previdenciárias	407.390	501.895
Diversas	705.957	412.229
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	**3.772.252**	**1.691.913**
Depósitos	1.569.313	555.000
Depósitos interfinanceiros	955.657	264.830
Depósitos a prazo	613.656	290.170
Obrigações por emissão de letras financeiras	130.000	-
Obrigações por emissão de letras financeiras	130.000	-
Outras obrigações	2.072.939	1.136.913
Fiscais e previdenciárias	736.439	762.697
Diversas	1.336.500	374.216
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	**118.663**	**49.746**
Resultado de exercícios futuros	118.663	49.746
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.353.415**	**1.253.961**
Capital	1.264.353	1.046.875
De domiciliados no país	4	4
De domiciliados no exterior	1.264.349	873.112
Aumento de capital	-	173.759
Reserva de capital	-	380
Reserva de lucros	89.062	206.706
TOTAL DO PASSIVO	**8.246.892**	**5.563.110**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
para os semestres findos em 30 de Junho de 2012 e de 2011
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	2012	2011 Reclassificado
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**797.805**	**799.863**
Operações de crédito	352.128	358.842
Operações de arrendamento mercantil (nota 3n)	430.504	448.769
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	15.173	(7.748)
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**(675.774)**	**(521.390)**
Operações de captações no mercado	(164.608)	(134.271)
Operações de arrendamento mercantil	(398.463)	(358.062)
Operações de vendas ou transferência de ativos financeiros	(30.992)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(81.711)	(29.057)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**122.031**	**278.473**
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	**(94.395)**	**(149.797)**
Receitas de prestação de serviços	10.343	11.369
Rendas de tarifas bancárias	77.441	57.821
Outras despesas administrativas (nota 20)	(131.748)	(128.333)
Despesas tributárias	(25.355)	(23.910)
Resultado de participação em controladas	(14.562)	8.976
Outras receitas operacionais (nota 21)	51.613	36.304
Outras despesas operacionais (nota 22)	(62.127)	(112.024)
RESULTADO OPERACIONAL	**27.636**	**128.676**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	**1.050**	**109**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	**28.686**	**128.785**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**(5.973)**	**(25.949)**
Provisão para imposto de renda corrente	(132.797)	(39.786)
Provisão para contribuição social corrente	(13.093)	(19.687)
Ativo fiscal diferido	139.917	33.524
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	**22.713**	**102.836**
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R$	**R$ 21,70**	**R$ 98,23**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
para os semestres findos em 30 de Junho de 2012 e de 2011
(Em milhares de reais)

	2012	2011 Reclassificado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido ajustado	426.567	543.177
Lucro líquido (nota 3n)	22.713	102.836
Depreciações e amortizações	196.094	253.468
Insuficiência (superveniência) de depreciação	234.333	97.916
Resultado de equivalência patrimonial	14.562	(8.976)
Provisão para operações de crédito e de arrendamento de liquidação duvidosa	81.711	29.057
Provisão para perdas de outros valores e bens	-	(1)
Atualizações de depósitos judiciais em garantia	(21.423)	(21.647)
Provisão para contingências	38.494	64.575
Tributos diferidos	(139.917)	25.949
Variação de ativos e obrigações	(266.826)	(371.056)
Imposto de renda e contribuição social pagos no semestre	(45.284)	(31.686)
Redução de títulos e valores mobiliários	10.702	7.864
(Aumento) redução em operações de crédito, arrendamento mercantil (nota 3n)	(1.965.791)	97.060
(Aumento) em depósitos judiciais em garantia	(4.735)	(186.176)
(Aumento) redução em outros créditos	70.661	(33.180)
(Aumento) redução de despesas antecipadas	(65.731)	1.559
Aumento em depósitos	627.066	38.187
Aumento em obrigações por emissão de letras financeiras	130.000	-
Aumento (redução) em outras obrigações	360.262	(1.884.016)
Aumento (redução) em resultados de exercícios futuros	55.984	(30.316)
Alienação de imobilizado de arrendamento	562.849	1.721.700
Aquisição de imobilizado de arrendamento	(2.809)	(72.052)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	159.741	172.121
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Alienação de bens não de uso	6.842	6.641
Aquisição de bens não de uso	(10.136)	(6.457)
Alienação de imobilizado de uso	372	110
Aquisição de imobilizado de uso	(1.419)	(1.077)
Aquisição no intangível	-	(67)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(4.341)	(850)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Juros sobre o capital próprio pagos	(91.295)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(91.295)	-
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	64.105	171.271
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	263.334	127.928
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	327.439	299.199

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
para os semestres findos em 30 de Junho de 2012 e de 2011
(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital	Reserva de capital	Reserva de lucros – Legal	Reserva de lucros – Outras	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	849.534	197.341	380	51.125	68.720	-	1.167.100
Aumento de capital através de capitalização de juros sobre capital próprio do período	23.582	(23.582)	-	-	-	-	
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	102.836	102.836
Destinação do lucro:							
Reserva legal	-	-	-	4.885	-	(4.885)	-
Reserva lucros	-	-	-	-	81.976	(81.976)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(15.975)	(15.975)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011	873.116	173.759	380	56.010	150.696	-	1.253.961
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 - anteriormente apresentado	1.046.875	217.478	380	62.778	-	-	1.327.511
Ajuste de exercícios anteriores (nota 3.n)	-	-	-	-	3.571	-	3.571
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 - ajustado	1.046.875	217.478	380	62.778	3.571	-	1.331.082
Aumento de capital - Homologado pelo Bacen em 07/03/2012	217.478	(217.478)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre (nota 3n)	-	-	-	-	-	22.713	22.713
Destinação do lucro:							
Reserva legal	-	-	-	1.314	21.399	(22.713)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	(380)	-	-	-	(380)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012	1.264.353	-	-	64.092	24.970	-	1.353.415

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
para os semestres findos em 30 de Junho de 2012 e de 2011
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
As atividades operacionais do Banco GMAC S.A. ("Banco") consistem, principalmente, no financiamento de veículos ao consumidor, no financiamento de peças e veículos e no empréstimo de capital de giro para as concessionárias da rede Chevrolet. As operações são conduzidas no contexto do conjunto de empresas integrantes do Grupo GMAC, as quais atuam integradamente no mercado financeiro, utilizando-se de uma mesma estrutura operacional. Os benefícios dos serviços prestados entre essas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos.

2. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base na Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações normatizadas pelo Banco Central do Brasil, introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, em observância as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelo Conselho Monetário Nacional, consubstanciado no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As principais práticas contábeis de avaliação dos elementos patrimoniais são as seguintes:

a) Apuração de resultado
As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata temporis" para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações de arrendamento mercantil são apuradas pelo regime de competência e segundo a Portaria MF nº 140/84, que considera:
- As receitas de arrendamento mercantil, calculadas e apropriadas mensalmente pela exigibilidade das contraprestações no período.
- O ajuste do valor presente das operações de arrendamento mercantil.

b) Ativo circulante e realizável a longo prazo
Os ativos circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelos valores de aquisição, incluindo quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata temporis" e cambiais incorridos, auferidos e ajustados ao valor justo ou de realização, quando este for aplicável.
As operações de arrendamento mercantil são contratadas, de acordo com opção feita pela arrendatária, com cláusula de taxa de juros prefixada, tendo a arrendatária a opção contratual de compra do bem, renovação do arrendamento ou devolução ao término do contrato. Os valores residuais garantidos das operações de arrendamento mercantil, que representam as opções de compra a vencer, bem como os respectivos ajustes monetários, são registrados na rubrica "Valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a rubrica "Valores residuais a balancear", ambos no subgrupo de arrendamentos a receber.
As provisões para créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são fundamentadas na análise das operações em aberto, efetuada pela Administração, para concluir quanto ao valor adequado, e levam em conta a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN.
Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, a partir de 1° de janeiro de 2012, os ativos financeiros serão baixados quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou quando ocorrer a venda ou a transferência deste ativo financeiro.
A venda ou a transferência de um ativo financeiro deve ser classificada nas seguintes categorias:
- Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: o cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda incondicional do ativo financeiro; (ii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer;
- Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda do ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (ii) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com contrato de swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao cedente; (iv) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e (v) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador; e
- Operações sem transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios: devem ser classificadas as operações em que o cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

O registro contábil da venda ou transferência de ativos financeiros classificados na categoria operações com retenção substancial de riscos e benefícios é realizado da seguinte maneira: (i) o ativo financeiro, objeto da venda ou transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo; (ii) os valores recebidos na operação são registrados no ativo em contrapartida com o passivo referente a obrigação assumida; (iii) as receitas e despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, mensalmente.
A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa segue os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99.

c) Caixa e equivalentes de caixa
Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução nº 3.604/08, do Conselho Monetário Nacional, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez
As aplicações interfinanceiras de liquidez são demonstradas pelo custo de aquisição, acrescido de variações monetárias e juros contratados. Quando o valor de realização de um determinado ativo for inferior ao valor registrado contabilmente, é registrada provisão para ajuste deste ativo ao seu respectivo valor de realização.

e) Títulos e valores mobiliários
Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos sendo as aplicações em fundos de investimento atualizadas com base no valor da cota divulgado por seus respectivos administradores. Os títulos e valores mobiliários estão apresentados conforme disposto na Circular BACEN nº 3.068/01, os quais não foram adquiridos com o propósito de serem ativa e freqüentemente negociados e que a Administração tem intenção de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificadas na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

f) Ativo permanente
É demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:
- Participação em sociedades controladas, avaliada pelo método de equivalência patrimonial.
- Depreciação do imobilizado calculada pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais: sistema de processamento de dados e transportes - 20% e demais contas - 10%.
- O Banco, visando atender ao regime de competência, constituiu no semestre findo em 30 de junho de 2012, insuficiência de depreciação, no montante de R$234.332 (R$97.916 em 2011), classificada em despesa de arrendamento mercantil, e apresentava superveniência de depreciação acumulada no montante de R$ 485.604 (R$339.403 em 2011) classificado no imobilizado de arrendamento (nota nº 11), equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros da carteira de arrendamento mercantil, com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação, conforme Circular BACEN nº 1.429/89.
- O ágio na aquisição de investimento adquirido pela incorporada Braco Participações Ltda. e sua respectiva conta redutora, provisão para amortização integral de ágio destinada à manutenção da integridade do patrimônio líquido do Banco (incorporador), são amortizados em até oito anos, observada a expectativa de resultados futuros.
- O ativo intangível é constituído por gastos com a aquisição de desenvolvimentos logiciais, e sua amortização é efetuada pelo prazo de vida útil estimado.

g) Redução ao valor recuperável dos ativos
De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC - 01, aprovado pela Resolução CMN nº 3.566 de 29 de maio de 2008, é reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*. Na avaliação da administração não houve indícios de perda por *impairment* até 30 de junho de 2012.

h) Passivo circulante e exigível a longo prazo
São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias "pro rata temporis" e cambiais incorridos.

i) Provisões, ativos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuados para o semestre findo em 30 de junho de 2012, baseadas nos critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.
- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Provisões para riscos - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

j) Imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda - IRPJ é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R$ 120 no semestre. A provisão para contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real. É também constituída provisão para imposto de renda diferido sobre a superveniência de depreciação, as receitas de atualização dos depósitos judiciais, e créditos tributários de IRPJ e a CSLL diferidos sobre diferenças fiscais temporárias e prejuízos fiscais, com base nas alíquotas vigentes. O beneficio do IRPJ e CSLL resultante da operação de incorporação visando a reestruturação societária do Grupo GMAC em 2004 é somente reconhecido quando da sua efetiva realização.

k) Partes relacionadas
A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância a Resolução nº 3.750 do Conselho Monetário Nacional, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente a divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

l) Mensuração a valor justo
A metodologia aplicada para mensuração do valor justo (valor provável de realização) das aplicações interfinanceiras de liquidez e dos títulos e valores mobiliários é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, o valor das cotas de fundos de investimento divulgados pelos seus administradores, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

m) Uso de estimativas contábeis
A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de créditos de liquidação duvidosa e dos passivos contingentes. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

n) Mudanças nas práticas contábeis
O Banco efetuou a alteração do registro contábil das operações remanescentes da cessão de direitos creditórios de operações de arrendamento mercantil, conduzidas originalmente no exercício de 2008, as quais haviam sido registradas na forma de uma antecipação de fluxo de recebíveis, com a consequente manutenção nos registros contábeis, dos ativos representados pelos contratos de arrendamento mercantil objeto de cessão de crédito e do passivo de financiamento, registrado na rubrica "Outras Obrigações - Diversas".
A alteração do registro contábil resultou na baixa do saldo remanescente relativo aos contratos de arrendamento objeto de cessão de direitos creditórios e do correspondente saldo de financiamentos, com o registro do montante de (R$ 2.953) no resultado do semestre.
A alteração da referida prática foi aplicada retroativamente, de acordo com a Resolução CMN nº 4.007, que aprovou o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros, produzindo efeitos a partir de 30 de junho de 2011. A baixa do saldo dos contratos de arrendamento objeto de cessão de direitos creditórios e do correspondente saldo de financiamentos, resultou no registro do montante de R$ 5.137 no resultado do 1º semestre de 2011. A mudança da referida prática não produziu efeitos retroativos a 30 de junho de 2011, pois foi considerada pela Administração do Banco como impraticável a apuração anterior àquela data-base, devido à impossibilidade de reunir todas as informações necessárias.

As tabelas a seguir, apresentam os saldos ajustados para os semestres e exercícios anteriores.

30 de Junho de 2011

	Anteriormente Publicado	Ajuste	Saldo Ajustado
Ativo	2.409.185	(1.504.647)	904.538
Arrendamentos a receber	330.958	(147.952)	183.006
Rendas a apropriar	(327.039)	147.952	(179.087)
Valores residuais a realizar	688.303	(362.803)	325.500
Valores residuais a balancear	(688.303)	362.803	(325.500)
Imobilizado de arrendamento	2.429.485	(1.519.592)	909.893
Bens arrendados	2.301.549	(1.467.031)	834.518
Depreciações acumuladas	127.936	(52.561)	75.375
Provisão para operações de arrendamento de liquidação duvidosa	(24.219)	14.945	(9.274)
Passivo	2.296.229	(1.509.784)	786.445
Diversas (a)	2.296.229	(1.509.784)	786.445
Patrimônio Líquido	201.569	5.137	206.706
Reserva de lucros	201.569	5.137	206.706
Demonstração do resultado	443.632	5.137	448.769
Operações de arrendamento mercantil	443.632	5.137	448.769

(a) Ajuste composto por valor residual antecipado no montante de R$ 1.094.663, antecipação de fluxo de recebíveis no montante de R$ 430.066 e provisão para arrendamento de liquidação duvidosa de R$ (14.945).

31 de Dezembro de 2011

	Anteriormente Publicado	Ajuste	Saldo Ajustado
Patrimônio Líquido	62.778	3.571	66.349
Reserva de lucros	62.778	3.571	66.349

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
O caixa e equivalentes de caixa estão compostos da seguinte forma:

	2012	2011
Disponibilidades	5.741	804
Aplicações em Operações Compromissadas - LFT, LTN e NTN	321.698	298.395
Total	327.439	299.199

5. APLICAÇÃO INTERFINANCEIRA DE LIQUIDEZ E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
a) As aplicações interfinanceiras de liquidez em 30 de junho de 2012, apresentavam montante de R$321.698 (R$298.395 em 2011), com vencimento em até três meses, e que estavam representadas por:
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2012	2011
Aplicações no Mercado Aberto - LFT, LTN e NTN	321.698	298.395
Total	321.698	298.395

b) Os Títulos e Valores Mobiliários estavam representados por investimentos em quotas subordinadas e mezanino do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC") - Banco GMAC Financiamento a Concessionários, cujo saldo em 30 de junho de 2012, era de R$ 16.787 (R$ 38.764 em 2011):
Títulos e Valores Mobiliários

	2012	2011
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (i)	16.787	38.764
Total	16.787	38.764

(i) Representado por aplicação em quotas do FIDC classificadas como mantidas até o vencimento, equivalente ao prazo de duração do Fundo previsto no seu regulamento.
O fundo é administrado pela Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e iniciou suas operações em 26 de outubro de 2009, com prazo determinado de duração de 50 anos contados a partir da primeira integralização de Cotas Seniors da 1ª série do Fundo. O fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado destinado a investidores qualificados nos termos da regulamentação em vigor, tendo por objetivo proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação preponderante dos recursos na aquisição de direitos creditórios do segmento financeiro, celebrados entre o Banco e seus clientes, sendo esses direitos creditórios oriundos de financiamento de veículos.
O FIDC busca, mas não garante, atingir rentabilidade no médio e longo prazo, equivalente a taxa DI mais 5,75% para quotas mezanino e a taxa DI mais 3% para quotas seniors, as quotas subordinadas não possuem rentabilidade alvo, estando condicionada a variação das quotas seniors e mezaninos.
Participação no patrimônio líquido FIDC:
Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM nº 356, com redação dada pela Instrução CVM nº 393, o FIDC deve manter relação mínima entre o valor das cotas seniors e o de seu patrimônio líquido, sendo que esta relação será apurada diariamente e acessível aos cotistas mensalmente. O Banco é o detentor da totalidade das cotas subordinadas e mezanino do FIDC, sendo as cotas seniors pertencentes a investidores qualificados.
No quadro a seguir, estão demonstradas as relações mínimas entre o valor das cotas seniors e subordinadas em relação ao patrimônio líquido do FIDC, quais sejam:

	% em relação ao patrimônio líquido (a)
Cotas seniors	Mínimo de 75%
Cotas mezaninos e subordinadas	Mínimo de 12%

(a) Conforme o Regulamento do Fundo o somatório das cotas mezanino, se houver, e das subordinadas deverá ser equivalente a no mínimo de 12% do patrimônio do fundo.
Natureza do envolvimento do Banco com o FIDC e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento:
A verificação do enquadramento dos direitos creditórios às condições de cessão é, na forma do contrato de cessão, de responsabilidade exclusiva do Banco, sem prejuízo do direito do cessionário, FIDC, diretamente ou por intermédio de terceiros.
Avais, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor do FIDC:
O Banco não ofereceu qualquer tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor do FIDC ou de seus cotistas.
Adicionalmente, por conta da manutenção de aplicação em cotas subordinadas no FIDC, o Banco reconheceu rendas na rubrica de "Resultado com tít

...continuação

BANCO GMAC S.A.

CNPJ 59.274.605/0001-13
Avenida Indianópolis, 3.096 - São Paulo - SP
Ouvidoria 08007226022

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
para os semestres findos em 30 de Junho de 2012 e de 2011 (Em milhares de reais)

b) Composição do valor presente dos contratos de arrendamento mercantil:

	2012	2011
Operações de arrendamento:		
Arrendamentos a receber	110.760	183.006
Rendas a apropriar	(110.573)	(179.087)
Valores residuais a realizar	231.353	325.500
Valores residuais a balancear	(231.353)	(325.500)
Imobilizado de arrendamento (nota nº 11)	835.194	909.893
Valor residual antecipado (nota nº 14)	(555.060)	(505.434)
Valor presente dos contratos	280.321	408.378

c) Composição da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, por atividade econômica:

	2012		2011	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Setor privado:				
Pessoa física	3.850.008	70,12%	2.061.246	73,71%
Comércio	1.514.848	27,59%	654.473	23,40%
Outros serviços	122.628	2,23%	78.830	2,82%
Indústria	3.326	0,06%	2.009	0,07%
Total	5.490.710	100,00%	2.796.558	100,00%

d) Composição da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, por prazo de vencimento:

	2012		2011	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Parcelas vencidas:				
Até a 60 dias	42.533	0,77%	24.902	0,89%
De 61 a 180 dias	19.755	0,36%	7.242	0,26%
De 181 a 360 dias	8.750	0,16%	3.592	0,13%
	71.038	1,29%	35.736	1,28%
Parcelas a vencer:				
Até 180 dias	2.252.360	41,02%	1.261.971	45,12%
De 181 a 360 dias	737.440	13,43%	373.679	13,36%
Acima de 360 dias	2.429.872	44,26%	1.125.172	40,24%
	5.419.672	98,71%	2.760.822	98,72%
Total	5.490.710	100,00%	2.796.558	100,00%

e) Concentração do risco de crédito

	2012		2011	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
10 maiores devedores	214.018	3,90%	137.306	4,91%
50 devedores seguintes	462.024	8,41%	239.518	8,57%
100 devedores seguintes	455.658	8,30%	454.940	16,27%
Demais devedores	4.359.010	79,39%	1.964.794	70,25%
Total	5.490.710	100,00%	2.796.558	100,00%

f) Composição da carteira por indexadores

	2012		2011	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Pré fixado	4.097.582	74,63%	2.133.752	76,30%
Pós fixado	1.393.128	25,37%	662.806	23,70%
Total	5.490.710	100,00%	2.796.558	100,00%

g) Movimentação da provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos de liquidação duvidosa:

	Contratos em carteira		Contratos cedidos até 31.12.2011		Contratos cedidos a partir de 01.01.2012	Total	
	2012	2011	2012	2011	2012	2012	2011
Saldo no início do semestre	63.115	60.729	28.866	9.627	-	91.981	70.356
Constituição de provisões	74.490	8.902	1.205	20.155	6.016	81.711	29.057
Baixas	(35.903)	(23.052)	(13.832)	-	-	(49.735)	(23.052)
Saldo no fim do semestre	101.702	46.579	16.239	29.782	6.016	123.957	76.361

h) Composição da carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil, outros créditos e correspondente provisão para créditos e arrendamento mercantil de liquidação duvidosa:

		2012		2011	
Nível de risco	Taxa de Provisão %	Total das Operações	Provisão Constituída	Total das Operações	Provisão Constituída
AA	-	54.977	-	33.021	-
A	0,5	4.475.905	22.379	2.282.439	11.413
B	1,0	237.728	2.377	167.140	1.671
C	3,0	568.634	17.059	260.920	7.828
D	10,0	51.907	5.191	18.320	1.832
E	30,0	33.468	10.040	9.096	2.729
F	50,0	24.780	12.390	6.220	3.110
G	70,0	16.762	11.733	4.682	3.276
H	100,0	26.549	26.549	14.720	14.720
Total		5.490.710	107.718	2.796.558	46.579

Durante o semestre foram registradas receitas com créditos recuperados no valor de R$5.943 (R$7.925 em 2011). As operações de crédito renegociadas montavam R$6.158 (R$13.059 em 2011).

i) Cessão de crédito

A partir de 1º de janeiro de 2012, o Banco, em atendimento aos requerimentos para classificação e registro contábil das operações de venda ou transferência de ativos financeiros, estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.533/08, passou a classificar as cessões de crédito observando os critérios descritos na nota 3b.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2012, o Banco cedeu ao FIDC, com retenção substancial de riscos e benefícios, o montante de R$364.758 (R$1.100.552 em 2011), em operações de financiamento de veículos, tendo apropriado despesas no montante de R$5.708 (R$ 16.081 em 2011). O valor presente dos contratos cedidos pela taxa original, em 30 de junho de 2012, é de R$55.046 (R$ 207.592 em 2011), com a respectiva obrigação assumida pela cessão destas operações reconhecida na rubrica de "Outras obrigações - Diversas - Obrigações por operações de venda e transferência de ativos financeiros" no montante de R$ 61.631 (R$ 221.509 em 2011).

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2012, o Banco cedeu operações de crédito de financiamento de veículos, com retenção substancial de riscos e benefícios, a outras instituições financeiras, no montante de R$1.211.040 (R$ 1.554.602 em 2011). Os contratos objeto de cessão referem-se a financiamentos de veículos, cujos vencimentos ocorrerão até 2016.

O valor presente das operações de crédito de financiamento de veículos cedidas a outras instituições financeiras, a partir de 1º de janeiro de 2012, com retenção substancial de riscos e benefícios, e registrados na rubrica de "Operações de crédito", monta R$ 985.007, com a respectiva obrigação assumida pela cessão destas operações reconhecida na rubrica de "Outras obrigações - Diversas - Obrigações por operações de venda e transferência de ativos financeiros" no montante de R$ 1.106.451. Há provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre essas cessões, no montante de R$6.016.

O valor presente das operações de crédito de financiamento de veículos cedidas a outras instituições financeiras, até 31 de dezembro de 2011, com retenção substancial de riscos e benefícios, monta R$ 2.249.740 (R$ 2.979.403 em 2011). Há provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre essas cessões, no montante de R$ 16.239 (R$ 29.782 em 2011), na rubrica "Outras obrigações - diversas" (nota nº 14), de acordo com os mesmos critérios adotados para os créditos não cedidos.

Composição da PDD - Carteira Cedida

	Contratos cedidos até 31.12.2011		Contratos cedidos a partir de 01.01.2012		2011	
	Carteira	PDD	Carteira	PDD	Carteira	PDD
AA	-	-	958	-	-	-
A	2.188.652	10.943	1.000.643	5.003	2.868.955	14.345
B	24.398	244	15.803	158	44.196	442
C	29.556	887	22.456	674	41.669	1.250
D	1.815	181	-	-	6.687	669
E	1.046	314	-	-	3.686	1.106
F	789	395	25	13	2.984	1.492
G	695	487	-	-	2.491	1.743
H	2.789	2.788	168	168	8.735	8.735
Total	2.249.740	16.239	1.040.053	6.016	2.979.403	29.782

8. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2012	2011
Créditos tributários - imposto de renda e contribuição social (nota nº 13.a))	671.466	760.253
Depósitos judiciais (i)	753.981	766.284
Devedores diversos - país (ii)	67.222	61.342
Impostos a recuperar (iii)	46.479	44.096
Valores a receber de sociedades ligadas (nota nº 23.e)) (iv)	24.442	22.639
Outros	4.826	9.489
Total	1.568.416	1.664.103
Ativo circulante	191.479	943.826
Realizável a longo prazo	1.376.937	720.277

(i) Refere-se principalmente, a depósitos efetuados em ações judiciais (Mandados de Segurança e Ações Anulatórias) para suspender a exigibilidade de tributos que se encontram sob discussão e outros processos judiciais. Os principais tributos depositados judicialmente são Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, Imposto Sobre Serviços - ISS, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, os quais estão provisionados nas rubricas "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" (nota nº 16) e "Provisão para riscos e obrigações legais" (nota nº 17). Os depósitos judiciais e as respectivas provisões para contingências e obrigações legais são corrigidos pelos índices e taxas a que estão sujeitos afetando os respectivos grupos de outras receitas e despesas operacionais (nota nº 21 e nº 22, respectivamente).

(ii) Representados principalmente por valores transferidos de operações de crédito para outros créditos, decorrentes dos avisos de recebimentos de parcelas de financiamento CDC, "Floor Plan" e Leasing, creditados em conta corrente no primeiro dia útil subsequente, no montante de R$59.466 (R$40.917 em 2011). Refere-se também a valores de IPVA devidos pelos arrendatários, cobrados do Banco pelos Estados onde estes veículos estão registrados no montante de R$6.559 (R$3.650 em 2011) líquido de provisão para perda, que o Banco cobrará posteriormente dos respectivos arrendatários.

(iii) Refere-se a substancialmente a antecipação de imposto de Renda e Contribuição Social no valor de R$45.692 (R$ 43.341 em 2011).

(iv) Refere-se principalmente a valor a receber de financiamento da modalidade de "Floor Plan" e CDC junto à General Motors do Brasil no valor de R$19.338 (R$ 18.656 em 2011).

9. OUTROS VALORES E BENS

a) Bens não de uso

Os bens retomados são registrados no ativo circulante, deduzidos, quando aplicável, de provisão para desvalorização, quantificados com base no valor justo dos respectivos bens.

b) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas classificadas em "Outros valores e bens" referem-se a comissões pagas em campanha de financiamento de vendas, as quais são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo contratual das respectivas operações. No semestre foram apropriadas ao resultado despesas no montante de R$37.761 (R$56.832 em 2011).

10. PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS NO PAÍS

	2012		2011	
	GMAC Adm. de Consórcio Ltda.	GMACI Corretora de Seguros S.A.	GMAC Adm. de Consórcio Ltda.	GMACI Corretora de Seguros S.A.
Dados da controlada:				
Patrimônio líquido	170.787	64.415	174.654	52.220
Lucro (prejuízo) do semestre	(21.568)	7.004	3.066	5.911
Participação no capital	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Movimentação dos investimentos:				
Valor atualizado dos investimentos em 31 de dezembro de 2011 e 2010	170.770	64.409	174.636	52.216
Resultado de equivalência patrimonial do semestre	(21.565)	7.003	3.066	5.910
Valor atualizado dos investimentos em 30 de junho de 2012 e de 2011	149.205	71.412	177.702	58.126

11. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

	Taxa de depreciação (*)	2012	2011
Veículos	20,00% a.a.	777.594	822.131
Perdas em arrendamento a amortizar		6.146	12.388
Total de bens arrendados		783.740	834.519
Superveniência de depreciação		485.604	339.403
Depreciação acumulada		(434.150)	(264.029)
Imobilizado de arrendamento		835.194	909.893

(*) Taxas de depreciação conforme Portaria MF nº 140/84.

12. CAPTAÇÕES

	2012	2011
Depósitos interfinanceiros (a)	2.606.233	1.446.299
Depósitos a prazo (a)	846.531	711.724
Letras financeiras (a)	130.000	-
Total	3.582.764	2.158.023
Passivo circulante	1.883.451	1.603.023
Exigível a longo prazo	1.699.313	555.000

a) São representados por Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI, Certificados de Depósitos Bancários - CDB e Letras Financeiras com vencimentos até junho de 2016, sujeitos a encargos financeiros variáveis entre 8,17% e 13,50% ao ano no montante de R$405.414 (R$ 304.715 em 2011) e captações pós fixadas atreladas a percentual da variação do CDI ou da SELIC no montante de R$3.177.351 (R$1.853.308 em 2011).

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Origem dos créditos tributários de imposto renda e contribuição social em 30 de junho:

	2012		2011	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Adições temporárias:				
Provisão para operações de crédito e de arrendamento mercantil de líquidação duvidosa e créditos baixados	65.311	39.187	42.837	25.702
Provisão para riscos fiscais	145.760	83.997	169.377	98.167
Amortização de ágio	7.302	4.382	24.829	14.898
Outras Adições Temporárias (i)	46.236	27.996	52.143	31.538
Prejuízos fiscais	257.327	5.652	334.837	5.652
Total dos créditos tributários	521.936	161.214	624.023	175.957
(-) Créditos tributários não contabilizados	(7.302)	(4.382)	(24.829)	(14.898)
	514.634	156.832	599.194	161.059
Total de créditos tributários	671.466		760.253	

(i) Referem-se substancialmente a adições temporárias sobre provisões para riscos cíveis e trabalhistas.

b) Realização/valor presente dos créditos tributários ativados de imposto de renda e contribuição social em 30 de junho:

	Valor contábil				
	IRPJ		CSLL		
Ano	Adições Temporárias	Prejuízo Fiscal	Adições Temporárias	Base Negativa	Total
2012	21.469	26.670	28.569	5.652	82.360
2013	40.446	26.903	27.569	-	94.918
2014	36.843	40.812	27.719	-	105.374
2015	23.571	40.812	21.965	-	86.348
2016	27.678	40.812	13.998	-	82.488
2017	29.123	35.621	8.259	-	73.003
2018	25.009	35.621	7.957	-	68.587
2019	19.458	10.076	5.753	-	35.287
2020	18.323	-	5.753	-	24.076
2021	15.387	-	3.638	-	19.025
Total	257.307	257.327	151.180	5.652	671.466
Valor presente	183.060	188.598	116.325	5.259	493.242

O valor presente total dos créditos tributários é de R$ 322.478, calculado com base na taxa Selic projetada para os períodos de realização correspondentes, de acordo com a expectativa de realização dos referidos créditos, projeções orçamentárias do Banco e indicadores econômico-financeiros.

c) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	2012		2011	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes da tributação	32.257	32.257	123.648	123.648
Alíquotas	25%	15%	25%	15%
Despesa de acordo com as alíquotas	(8.058)	(4.839)	(30.900)	(18.547)
Efeito de IR e CS sobre diferenças permanentes e dos juros sobre capital próprio				
Juros sobre capital próprio	-	-	3.994	2.396
Reversão de provisão para amortização de ágio	8.763	5.258	8.763	5.258
Resultado em controladas	(3.640)	(2.185)	2.244	1.347
Outras adições/exclusões permanentes	(794)	(479)	(316)	(188)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no semestre	(3.729)	(2.245)	(16.215)	(9.734)
	(5.974)		(25.949)	

d) Composição do "Resultado de imposto de renda e contribuição social"

	2012		2011	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Imposto de renda e contribuição social correntes devidos no semestre	(132.797)	(13.093)	(39.786)	(19.688)
Realizações de impostos diferidos	(1.323)	-	4.506	-
Constituição de impostos diferidos	130.392	10.848	19.068	9.954
Total	(3.729)	(2.245)	(16.215)	(9.734)
	(5.974)		(25.949)	

e) Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas:

Créditos tributários:	31/12/2011	Constituições (Realizações) Líquidas	30/06/2012
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:			
Provisões para riscos fiscais, civeis e trabalhistas	217.533	12.224	229.757
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	81.286	23.212	104.498
Outras adições temporárias	73.189	1.044	74.233
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	372.008	36.480	408.488
Créditos de Prejuízo Fiscal	314.244	(56.918)	257.326
Créditos de Base Negativa de Contribuição Social	5.652	-	5.652
Total de créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas	319.896	(56.918)	262.978
Total de créditos tributários	691.904	(20.438)	671.466
Obrigações fiscais diferidas:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:			
Superveniência de depreciação	(309.138)	167.904	(141.234)
Atualizações de depósitos judiciais	(97.708)	(7.548)	(105.256)
Total das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias	(406.846)	160.356	(246.490)
Total de impostos diferidos	285.058	139.918	424.976

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	2012	2011
Provisão para riscos cíveis (nota nº 17)	14.106	96.143
Provisão para riscos trabalhistas (nota nº 17)	35.477	43.897
Credores por antecipação de valor residual (nota nº 7.b)	555.060	505.434
Credores diversos - país (i)	205.493	97.893
Antecipação de fluxo de recebíveis (ii)	34.607	-
Valores a pagar a sociedades ligadas	2.210	-
Valores a pagar a fornecedores diversos	5.584	4.714
Obrigações por operações de venda e transferência de ativos de crédito	1.168.082	-
Provisão para créditos cedidos de liquidação duvidosa (nota nº 7.g)	16.239	29.782
Outros	5.599	8.582
Total	2.042.457	786.445
Passivo Circulante	705.957	412.229
Exigível a longo prazo	1.336.500	374.216

(i) Refere-se substancialmente a financiamentos da modalidade denominada "Floor Plan", no montante de R$ 85.781 (R$75.207 em 2011), os quais são pagos à General Motors do Brasil - GMB no primeiro dia útil subsequente a compra.

(ii) Refere-se a obrigação decorrente da liquidação antecipada das operações de arrendamento mercantil, a ser repassado à Instituição Financeira com o qual o Banco realizou cessão de direitos creditórios dos referidos contratos.

15. GARANTIAS DE CONTRATOS CEDIDOS

O Banco ofereceu recebíveis de operações de crédito como garantias a outras instituições financeiras por conta de: (i) cessões de crédito realizadas com coobrigação e garantias no montante R$615.336 (R$300.242 em 2011); (ii) captações através de antecipação de fluxo de recebíveis de contratos de leasing, com garantias de arrendamentos a receber e valor residual a realizar no montante de R$102.783 (R$185.086 em 2011) incluindo os respectivos bens arrendados dessas operações, cujos vencimentos vão até 2014.

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	2012	2011
Outros impostos indiretos a pagar	160.900	68.555
Provisão para imposto de renda diferido sobre superveniência	141.234	335.968
Provisão para impostos diferidos sobre atualização de depósitos judiciais	105.256	97.372
Provisões para riscos fiscais (nota nº 17.a)	736.439	762.697
Total de outras obrigações fiscais e previdenciárias	1.143.829	1.264.592
Passivo circulante	407.390	501.895
Exigível a longo prazo	736.439	762.697

17. PROVISÃO PARA RISCOS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Composição de provisão para riscos e obrigações legais

	2012	2011
Obrigações legais		
Contribuição social - CSLL	311.966	314.467
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	187.409	232.586
Imposto de renda - IRPJ	71.247	73.425
Programa de Integração Social - PIS	79.399	73.429
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	12.108	11.511
Outros	1.165	2.327
Total de obrigações legais	663.294	707.745
Contingências tributárias		
Impostos Sobre Serviços - ISS	73.145	54.952
Total de provisões para riscos fiscais	736.439	762.697
Provisão para Riscos:		
Provisões cíveis	14.106	96.143
Provisões trabalhistas	35.477	43.897
Total de provisões e obrigações legais	786.022	902.737

b) Movimentação de provisões para riscos e obrigações legais

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo no final do exercício de 2010	729.449	42.388	66.325	838.162
Constituições líquidas do período	33.248	3.742	32.386	69.376
Baixas por pagamento	-	(2.233)	(2.568)	(4.801)
Saldo no final do primeiro semestre de 2011	762.697	43.897	96.143	902.737
Saldo no final do exercício de 2011	704.692	41.886	12.973	759.551
Constituições (Reversões) líquidas do período	31.784	(329)	7.039	38.494
Baixas por pagamento	(37)	(6.080)	(5.906)	(12.023)
Saldo no final do primeiro semestre de 2012	736.439	35.477	14.106	786.022
Depósitos em garantia - "Outros créditos"	717.376	15.932	20.673	753.981

Obrigações Legais

CSLL - as principais teses em discussão são: (a) ação que discute os valores pagos a título de CSLL nos anos-base de 1992 a 1996 (novembro de 1996) por ser empresa não empregadora; (b) mandado de segurança impetrado para afastar a exigência da CSLL a partir de dezembro de 1996, por ser empresa não empregadora; (c) mandado de segurança impetrado para garantir o direito de recolher a CSLL nos anos-base 1994 e 1995 à alíquota de 10%, afastando com isso, a incidência de Emenda Constitucional de Revisão nº 01/94, que instituiu para as instituições financeiras e de arrendamento mercantil, alíquota diferenciada de 30%, o que fere o princípio da isonomia; (d) mandado de segurança para assegurar ao Banco o direito de recolher a CSLL no ano-base 1996 à alíquota de 8%, afastando dessa maneira, a incidência da Lei nº 9.246/95, a qual instituiu alíquota diferenciada de 18% para as instituições financeiras, o que fere o princípio da isonomia; e (e) mandado de segurança impetrado para reconhecer o direito das impetrantes de corrigir seus balanços financeiros aplicando-se o expurgo inflacionário verificado no período de janeiro de 1989 (Plano Verão) correspondente à diferença entre a Obrigação do Tesouro Nacional - OTN-Fiscal e o Índice de Preços ao Consumidor - IPC, para efeito de cálculo da CSLL.

IRPJ - mandado de segurança impetrado para reconhecer o direito do Banco de corrigir seus balanços financeiros aplicando-se o expurgo inflacionário verificado no período de janeiro de 1989 (Plano Verão) correspondente à diferença entre a OTN-Fiscal e o IPC, para efeito de cálculo do IRPJ.

PIS/COFINS - as principais teses em discussão são: (a) mandado de segurança impetrado para afastar a exigência de PIS/COFINS por ser o Banco empresa não empregadora a partir de dezembro de 1996; (b) mandado de segurança impetrado para garantir ao Banco o direito de recolher o PIS/COFINS sobre a receita de serviços, afastando com isso, a base de cálculo imposta pela Lei nº 9.718/98, que equiparou o faturamento à totalidade das receitas auferidas.

Riscos fiscais

ISS - refere-se a discussões de processos administrativos e judiciais perante vários municípios, que exigem o pagamento do ISS sobre receitas de "leasing" como se o serviço tivesse sido prestado naquelas localidades e não no local de sede da empresa prestadora. As provisões relativas ao ISS foram constituídas em 50% do valor em risco, considerando o histórico de êxito na solução de tais autuações na esfera administrativa judicial.

Riscos trabalhistas

São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas com base na jurisprudência e no histórico de pagamentos realizados, inclusive nos acordos celebrados em ações trabalhistas e na fase processual de cada ação.

Riscos cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório ou revisional de cláusulas referentes à relação contratual, em que há probabilidade de desembolso financeiro. As ações são controladas individualmente e as indenizatórias são provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, levando em consideração a situação de cada processo, bem como o entendimento do Poder Judiciário local em relação ao assunto em discussão. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e dos depósitos judiciais envolvidos.

Os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas são ou podem vir a ser superiores ao valor das provisões cíveis constituídas em função da exigência judicial da efetivação de tais depósitos judiciais para continuar discutindo as referidas causas. Contudo, a avaliação do risco de perda provável da administração e dos seus assessores legais é inferior ao montante dos valores depositados.

c) Resumo de passivos contingentes - causas classificadas como possíveis:

	2012		2011	
Causas possíveis	Quantidade de processos	Montante	Quantidade de processos	Montante
Cíveis	1.069	8.415	605	7.432
Trabalhistas	26	4.627	62	19.819
Posição em 30 de junho de 2012	1.095	13.042	667	27.251

18. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Refere-se a recebimento antecipado de receita de campanha (equalização de taxa de juros) relativa às operações de crédito e arrendamento mercantil, as quais são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo contratual das respectivas operações. No semestre foram apropriadas ao resultado receitas no montante de R$20.998 (R$51.603 em 2011).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

a) Em 20 de janeiro de 2012, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento do capital social no valor de R$217.478, oriundo de lucro acumulados, passando o capital social de R$1.046.875 para R$1.264.353, sem a emissão de novas ações, sendo o capital representado por 1.046.874.906 ações ordinárias, com valor referencial de R$ 1,21 (um real e vinte e um centavos). O referido aumento de capital foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 7 de março de 2012.

b) Em 30 de junho de 2012, o Banco não apresentava provisão de juros sobre capital próprio a pagar aos acionistas.

c) Reservas de Lucros

A reserva legal é constituída a 5% do lucro do exercício, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que a referida reserva atingir 20% do capital social realizado ou 30% do total das reservas de capital e legal. O saldo em 30 de junho de 2012 é de R$ 64.092 (R$ 56.010 em 2011).

A reserva de lucros retidos que trata a Resolução nº 3.605/08, é constituída com base no lucro líquido não distribuído após todas as destinações legais, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas. para deliberação futura em Assembleia Geral. O saldo em 30 de junho de 2012 é de R$24.970 (R$150.696 em 2011).

20. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A rubrica "Outras despesas administrativas" apresentava a seguinte composição no semestre:

	2012	2011
Comissões pagas às concessionárias (nota nº 9.b)	37.761	56.832
Prestação de serviços administrativos (i)	35.766	25.893
Sistemas de processamento de dados	9.980	4.928
Serviços técnicos especializados	10.759	8.201
Propaganda e publicidade	1.652	2.287
Sistemas de comunicação	5.567	4.721
Serviços prestados de terceiros	12.409	10.384
Despesas com sistema financeiro	7.895	6.243
Emolumentos pagos aos cartórios	3.595	2.557
Amortizações e depreciações	850	862
Outras	5.515	5.425
Total	131.748	128.333

(i) Refere-se a serviços administrativos realizados pela GMAC Prestadora de Serviços de Mão de obra Ltda. (nota nº 23.e).

21. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

A rubrica "Outras receitas operacionais" apresentava a seguinte composição no semestre:

	2012	2011
Taxa de permanência (i)	19.161	9.491
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais (ii)	21.423	21.647
Recuperação de despesas	-	4.927
Reversão de provisão para contingências cíveis e trabalhistas	10.568	-
Outras	461	239
Total	51.613	36.304

(i) Refere-se à comissão de permanência, juros e multa cobrados sobre atraso no pagamento de prestações de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil.

(ii) Refere-se à correção dos depósitos judiciais pelos indices e taxas as quais estão sujeitos.

22. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

A rubrica "Outras despesas operacionais" apresentava a seguinte composição no semestre:

	2012	2011
Despesas com atualização monetária de contingências fiscais	25.113	24.810
Despesas com atualização monetária (i)	13.239	40.394
Despesas com provisões cíveis e trabalhistas	15.006	39.819
Despesas com cobrança e com bens retomados	4.178	2.776
Despesas para não recebimento de IPVA - clientes	4.492	3.765
Outras	99	460
Total	62.127	112.024

(i) Refere-se a despesas com atualização monetária de captação de recursos decorrentes de antecipação de fluxo de recebíveis dos contratos de Leasing, realizada com instituição financeira sediada no país, vencíveis até 2014.

Conforme determinação do Banco Central do Brasil, em 30 de abril, essa antecipação de fluxo de recebíveis foi considerada como cessão de operações de arrendamento mercantil sendo todas as receitas e despesas remanescentes, provenientes desta operação, reconhecida naquela data (nota 3n).

23. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

A remuneração da Diretoria é estabelecida conforme política de remuneração do Grupo GMAC.

b) Benefícios de Curto Prazo

	2012	2011
Salários e Honorários da Diretoria Executiva		
Remuneração fixa	1.892	2.113
Outras	928	1.132
Total	2.820	3.245

c) Rescisão do Contrato

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação contratual, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

d) Outras Informações - Operações de Crédito

Conforme normas vigentes, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores ou seus familiares.

e) Transação com partes relacionadas

Os saldos nos semestres findos em 30 de junho de 2012 e de 2011 podem ser resumidos como segue:

	2012		2011	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Partes relacionadas				
General Motors do Brasil Ltda.:				
Outros créditos	19.433	-	18.677	-
Rendas de prestação de Serviços	-	7.651	-	7.322
Outras despesas administrativas	-	-	-	(126)
GMAC Prest. de Serviços de Mão-de-Obra Ltda.				
Outros créditos	129	-	313	-
Captações em depósitos a prazo	(23.687)	(791)	(4.409)	(205)
Outras obrigações - Diversas	(2.210)	(35.766)	(2.105)	(25.893)
Empresas controladas				
GMAC Administradora de Consórcios Ltda.				
Outros créditos	205	-	189	-
Captações em depósitos a prazo	(207.188)	(11.351)	(245.177)	(13.368)
GMACI - Corretora de Seguros S.A.				
Outros créditos	51	-	43	-
Captações em depósitos a prazo	(72.307)	(3.058)	(59.228)	(3.008)
Controladora				
Ally Financial Inc.:				
Outros créditos	4.624	-	3.417	-

24. OUTRAS INFORMAÇÕES - ADESÃO AOS PROGRAMAS DE PARCELAMENTO E QUITAÇÃO DE DÉBITOS FISCAIS (REFIS / ANISTIA LEI N° 11.941/2009)

Em 30 de novembro de 2009, o Banco aderiu ao programa para quitação de débitos fiscais estabelecido na Lei n° 11.941/09.

O Banco incluiu IR, CSLL, PIS e COFINS no montante total de R$ 453.203, sendo R$ 191.652 de principal, R$ 7.095 de multas e R$ 254.456 de juros, sem considerar os descontos do programa. Até o momento, o Banco não reconheceu os descontos do programa no seu balanço e resultado devido a incertezas geradas no entendimento da nova regulamentação.

Dessa forma, o Banco assume débitos fiscais como suas obrigações tributárias e a consequente obrigatoriedade do pagamento regular dos impostos, contribuições e demais obrigações como condição essencial para a manutenção das condições de pagamento previstas no parcel